



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE HUMANIDADES, CAMPUS III, GUARABIRA - PB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

DANIELE MARCELINO DE BRITO

**ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS
(PROUNI) COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL ENTRE OS ANOS DE
2005 E 2010**

LINHA DE PESQUISA: ESTADO, EDUCAÇÃO, E POLÍTICAS PÚBLICAS.

GUARABIRA – PB

2020

DANIELE MARCELINO DE BRITO

**ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS
(PROUNI) COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL ENTRE OS ANOS DE
2005 E 2010**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Artigo), apresentado ao Departamento de Educação (DE) do Centro de Humanidades (CH) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação e Políticas Públicas.

Área de concentração: Estado, Educação, e Políticas Públicas.

Orientador: Dr. Waldeci Ferreira Chagas Chagas

GUARABIRA – PB

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B862a Brito, Daniele Marcelino de.

Aspectos históricos do Programa Universidade para Todos (PROUNI) como política pública educacional entre os anos de 2005 e 2010 [manuscrito] / Daniele Marcelino de Brito. - 2020.

57 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação e Políticas Públicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas ,
Coordenação do Curso de História - CH."

1. Ensino Superior. 2. Políticas Públicas. 3. PROUNI.
4. Programas Sociais. I. Título

21. ed. CDD 379

DANIELE MARCELINO DE BRITO

**ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS
(PROUNI) COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL ENTRE OS ANOS DE
2005 E 2010**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Artigo),
apresentado ao Departamento de Educação (DE) do
Centro de Humanidades (CH) da Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III, como
requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Educação e Políticas Públicas.

Área de concentração: Estado, Educação, e
Políticas Públicas.

Aprovada em: 15/12/2020

BANCA EXAMINADORA



**Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas – Examinador
Departamento de História – Campus III – UEPB**



**Profa. Dra. Verônica Pessoa da Silva – Orientadora
Departamento de Educação – Campus III – UEPB**



**Profa. Dra. Ivonildes da Silva Fonseca – Examinadora
Departamento de Educação – Campus III – UEPB**

***Não somente este trabalho, mas toda minha vida dedico especialmente a Deus! Sem a permissão Dele, nada em minha vida seria possível.
Ao meu filho, José Davi, minha principal obra-prima e dono de todo o meu amor, dedico!***

AGRADECIMENTOS

A gratidão enobrece a alma e, certamente, meu coração está cheio desse sentimento ao chegar no fim de mais uma etapa importante da minha vida.

Primeiro e de modo muito especial agradeço a Deus, por desde o início permitir que eu chegasse até aqui, e a Nossa Senhora pelas intercessões em meus momentos de aflições.

A minha família, minha base e meu suporte agradeço infinitamente pelo apoio e por ter me incentivado a nunca desistir dos meus sonhos. Minha mãe Maria Zuleide, minha irmã Isabela Brito, meu irmão Diógenes Jr. de Brito, minha sobrinha Maria Cecília e a meu filho amado José Davi, minha eterna gratidão.

Agradeço de modo carinhoso ao meu companheiro, José Francisco por ter aguentado minhas ausências em diversos fins de semana e por me apoiar desde sempre em tudo que me proponho a fazer.

Ao meu ex professor da graduação e agora orientador do trabalho final da pós-graduação, Professor Dr. Waldeci Chagas, meu apreço e gratidão pela paciência e pela condução tão bem executada desta pesquisa.

A todos os professores da Especialização em Educação e Políticas Públicas, especialmente Professor Marcelo que aguentou desde o início meus “abusos”, minha eterna gratidão.

Agradeço, por último, mas não menos importante e especial a todos (as) os(as) colegas de turma, todos (as) foram maravilhosos (as) e companheiros (as) do início ao fim. Minha gratidão e meu carinho de modo especial a Larissa Amaro, Daniele Apolinário e Valnize, para sempre estarão em minhas mais felizes lembranças, espero encontrá-las nas estradas da vida.

***Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.
(Paulo Freire)***

RESUMO

Desde sua origem o processo educacional brasileiro é permeado pela lógica social vigente. Muitos pesquisadores/as pensam e discutem que a escola é quem pauta as mudanças sociais, no entanto, isso é bem diferente do que acontece, pois, é a sociedade que pauta a prática educativa. O objetivo geral deste trabalho, é analisar através da perspectiva das políticas que foram implementadas na educação superior entre os anos de 2010 a 2015, partindo de um norte que inclui discutir os aspectos históricos, avaliar os avanços e os recuos de tal política. Os objetivos específicos são: realizar um breve apanhado histórico sobre a educação no Brasil; Identificar a importância da LDB para o Ensino Superior; Exemplificar quais as metas do PNE com relação a Educação Superior; Descrever as transformações no Ensino Superior com o surgimento do PROUNI e outras políticas públicas voltadas para a educação entre 2005 a 2010. O método utilizado nesta pesquisa para a coleta de dados foi a pesquisa bibliográfica/documental, onde foi possível colher as pesquisas sobre a temática dos autores que já escreveram sobre o assunto. Tratando-se de um trabalho realizado a partir da pesquisa bibliográfica, identificamos as categorias de análises recorrente em cada trabalho analisado com o intuito de destacar os aspectos e as dimensões das políticas educacionais que elencaram em diferentes épocas e lugares, tais como o PROUNI. Obteve-se como resultado desta pesquisa, a informação de que houve expansão do número de vagas do ensino privado consideravelmente, como consequência das transformações e implementações de programas, especialmente o PROUNI com aumento, também, da população e desenvolvimento industrial.

Palavras-chave: Ensino Superior. Políticas Públicas. PROUNI. Programas Sociais.

ABSTRACT

Since its origin, the Brazilian educational process has been permeated by the prevailing social logic. Many researchers think and discuss that the school is the one that guides the social changes, however, this is quite different from what happens, because it is the society that guides the educational practice. The general objective of this work is to analyze from the perspective of the policies that were implemented in higher education between 2010 and 2015, starting from a north that includes discussing the historical aspects, evaluating the advances and setbacks of such policy. The specific objectives are: to make a brief historical overview of education in Brazil; to identify the importance of LDB for Higher Education; to exemplify the goals of the NAP with regard to Higher Education; to describe the transformations in Higher Education with the emergence of PROUNI and other public policies aimed at education between 2005 and 2010. The method used in this research to collect data was the bibliographic/documental research, where it was possible to collect the research on the theme of the authors who have already written on the subject. Since it is a work carried out from the bibliographical research, we identified the categories of analysis that recur in each analyzed work in order to highlight the aspects and dimensions of educational policies that they listed at different times and places, such as PROUNI. As a result of this research, we obtained the information that there was an expansion in the number of private education vacancies considerably, as a consequence of the transformations and implementation of programs, especially PROUNI with an increase, also, in population and industrial development.

Keywords: Higher Education. Public Policies. PROUNI. Social Programmes.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1 História da educação no Brasil: das escolas isoladas as primeiras escolas de Educação Superior.....	14
2.1.1 As políticas públicas de educação no Brasil: da LDB ao Plano Nacional de Educação – PNE 2010.....	21
2.2 As LDB's e a Educação Superior.....	23
2.3 Metas do PNE com relação a Educação Superior.....	27
3 METODOLOGIA.....	31
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	33
4.1 O surgimento do PROUNI e as transformações no Ensino Superior: de 2005 a 2010.....	33
4.1.1 O octênio do Governo FHC e as mudanças ocorridas na Educação Superior. 33	
4.1.2 O governo Lula e as transformações na Educação Superior até o ano de 2010	35
4.1.2.1 PROUNI.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Os estudos que envolvem o tema políticas públicas no Brasil têm ocupado lugar de destaque em diversas discussões e debates nos últimos anos, seja pelo aumento do número de publicações sobre tal tema, pela presença de grupos de trabalhos em eventos científicos na área de Ciência Política, ou correlatas, tais como: Saúde, Educação, Direitos Humanos, dentre outros, ou ainda pela criação de cursos de graduação e pós-graduação em Políticas Públicas, como é o caso do curso mantido pela UEPB, Campus Guarabira.

Há uma linha de reflexão sobre as políticas públicas educacionais no Brasil que busca entender os elementos que permeiam o seu passado, presente e possibilidades futuras, cuja pretensão é contribuir com o debate sobre os conceitos que as permeiam. Para tanto, busca explicá-las a partir dos contextos vividos.

Logo, estar situado com o debate sobre as políticas públicas educacionais no Brasil é relevante porque a partir dele surgem as possibilidades de se compreender as concepções de gestão da educação e suas contradições que, porventura podem refletir em uma orientação epistemológica elaborada a partir do contexto político e cultural vivido no país.

O objetivo geral deste trabalho, é analisar através da perspectiva das políticas que foram implementadas na educação superior entre os anos de 2010 a 2015, partindo de um norte que inclui discutir os aspectos históricos, avaliar os avanços e os recuos de tal política. Os objetivos específicos são: realizar um breve apanhado histórico sobre a educação no Brasil; Identificar a importância da LDB para o Ensino Superior; Exemplificar quais as metas do PNE com relação a Educação Superior; Descrever as transformações no Ensino Superior com o surgimento do PROUNI e outras políticas públicas voltadas para a educação entre 2005 a 2010.

Durante os governos pós década de 1990, especialmente o governo do Presidente Lula, de acordo com Santos (2011, p. 12) “ao mesmo tempo em que priorizou o mercado, é inegável o aumento de políticas públicas focalizadas, bem como os avanços dos movimentos sociais, os quais têm historicamente lutado pela conquista dos direitos”. Uma das políticas públicas que transformou o cenário social foi o PROUNI, este é um programa de concessão de bolsas de estudo integrais e

bolsas de estudo parciais de cinquenta por cento (meia bolsa) a estudantes carentes em cursos de formação superior em instituições privadas, com ou sem fins lucrativos.

O PROUNI surgiu vinculado à forte expressão de Democratização do Acesso ao Ensino Superior, de acordo com a divulgação do programa no Governo Lula, e em conjunto com outros programas que transformaram socialmente o meio educacional, sobretudo, no que diz respeito ao acesso à educação superior, possibilitada através de outros programas, como Financiamento Estudantil – FIES e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Mas neste trabalho nos atemos apenas ao PROUNI.

A ideia desses programas, no governo Lula, era de que o processo de democratização do ensino superior promovesse à abertura (ou seja, o acesso à universidade) a população historicamente excluída do universo educacional superior, e que até então não tiveram acesso a esse direito. No entanto, vale salientar que o processo de “democratização” da educação superior não está limitado apenas ao número de vagas ofertadas, mas expande-se ao campo da inclusão social de jovens que viviam à margem do acesso à educação superior, em face de suas condições econômicas, haja vista que pobre nunca teve acesso a tal nível educacional, em face do preconceito de raça, cor e etnia, dentre outros fatores (DIAS SOBRINHO, 2010). Os sujeitos que até então estavam excluídos do acesso à educação superior no Brasil, são frutos de uma sociedade que produz excluído pela pobreza, violência, racismo, analfabetismo, dentre outros, que integram ao mesmo tempo, uma sociedade dividida, conflituosa, intolerante, preconceituosa e injusta.

O governo Lula seguiu as recomendações de expansão feitas pelo Banco Mundial e pela UNESCO, e articulou-as ao programa governamental de democratização do ensino superior. Com isso, iniciou um reparo histórico junto à população brasileira no que diz respeito ao acesso à educação superior. Os anos que compreendem o período de 2010 a 2015 foram decisivos para que o governo redirecionasse as suas ações quanto à ampliação do ensino superior público, atendendo tanto aos interesses específicos da iniciativa privada quanto da pública (VALLE, 2009).

Partindo desses pressupostos: de que modo o programa educacional PROUNI, implementado em 2005, democratizou o ensino superior no Brasil à medida que possibilitou um número maior de jovens acesso as universidades?

Com base nesta problematização, o que justifica a escolha dessa temática é a possibilidade de ela nos oferecer fazermos uma reflexão sobre as políticas públicas de educação superior no Brasil para que assim possamos entender sobre os elementos que permeiam o seu passado, presente e as possibilidades futuras.

Realizar estudos sobre as políticas públicas educacionais nos proporciona entender sobre essa área que vai além de explicar como surgiu e ainda entender a expansão das políticas públicas na área da educação superior analisando os modelos teóricos que compreendem os fenômenos políticos sociais que envolvem a educação. Dessa forma, faz necessário uma abordagem que possibilite compreender as relações macrosociais que estão presentes nas políticas públicas educacionais no ensino superior, o que justifica a escolha dessa temática. Trata-se de temática importante, sobretudo, porque tais políticas foram ressignificadas nas instituições de ensino superior.

Para melhor compreensão da temática discutida neste trabalho o dividimos nas seguintes partes: I) Introdução, onde apresentamos o tema, os propósitos do trabalho, bem como a metodologia que norteou a sua construção; II) discutimos brevemente a história da educação no Brasil: das escolas isoladas as primeiras escolas de educação superior; III) discutimos as políticas públicas de educação no Brasil: da LDB ao Plano Nacional de Educação – PNE 2010; IV) discutimos o surgimento do PROUNI e as transformações no ensino superior: de 2005 a 2010; e na V) apresentamos as considerações finais com relação a temática analisada, e apontamos uma discussão que buscou evidenciar o programa PROUNI como uma política pública que traz a oportunidade do acesso ao ensino superior.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 História da educação no Brasil: das escolas isoladas as primeiras escolas de Educação Superior

Desde sua origem o processo educacional brasileiro é permeado pela lógica social vigente. Muitos pesquisadores/as pensam e discutem que a escola é quem pauta as mudanças sociais, no entanto, isso é bem diferente do que acontece, pois, é a sociedade que pauta a prática educativa. O modelo educacional implantado no Brasil desde sua concepção já apresentava alguns problemas, desde o século XVIII, uma vez que neste período a sociedade começou sentir o retrocesso econômico provocado pelo atraso na educação em relação as outras nações.

Na primeira metade do século XVIII, a era pombalina, administrada pelo então Marquês de Pombal, aconteceram diversas séries de reformas educacionais com grande repercussão no Brasil, inclusive com a aplicação das aulas régias tendo em vista que tirou o poder educacional da Igreja, e repassou-o para as mãos do Estado. No entanto, mesmo tendo expulsado os jesuítas, em 1759, a situação nada mudou, sendo mantido o ensino enciclopédico, cujos métodos pedagógicos eram autoritários e disciplinares, e não havia espaço para a criatividade individual, mas sim, a submissão às autoridades e aos modelos arcaicos, com os mesmos professores que atuavam na era jesuítica (RIBEIRO, 1993).

No século XVIII, o modelo educacional teve a dualidade de ensino acentuada, com o ensino voltado exclusivamente para as altas camadas da sociedade, efetivando assim, o novo projeto político, cultural e econômico, com professores, em sua maioria, com qualificação e remuneração insuficiente. No século XVIII não houve a concretização do ensino gratuito, nem da estabilidade e universalização da educação, continuando os mesmos discursos durante todo o século XIX (MARTINS, 2009).

Não havia preocupação com a formação de professores em meados do século XVIII, somente a partir da Independência do Brasil, já no século XIX quando surgiu a preocupação com a instrução popular. Desde então não havia exigências de formação, nem currículo específico para a formação quanto ao trabalho docente,

por volta de 1827, com a promulgação da “Lei das Escolas das Primeiras Letras” surgiu pela primeira vez na história do Brasil a preocupação com a formação docente (SAVIANI, 2009). Antes desse acontecimento, para ser professor, era necessário ter capacidade de atuar, possuir um conjunto de normas e valores que giravam em torno dos modelos religiosos vigentes, devendo ter conduta, postura, caráter. Ainda no século XVIII para poder atuar, o professor dependia de uma licença concedida pela autoridade administrativa local, e um dos pré-requisitos era a idade, moral e todas as características acima citadas, pode-se então dizer que o Estado que fazia a seleção e escolha dos profissionais de educação (TANURI, 2000).

Nos modelos de ensino vigentes entre os séculos XVIII e XIX, havia sérias distinções entre os gêneros femininos e masculinos, a instrução do sexo feminino não era visto como prioridade, e o ensino primário para meninas envolviam álgebra, gramática, história e geografia pátrias, doutrina cristã, aulas de agulha, bordados e costuras, visando fundamentalmente a vida doméstica, sendo a vida pública reservada aos homens. No ensino secundário, a mulher era destinada à carreira do magistério, surgindo com maior frequência na história da educação a partir de 1870. Vale salientar que as escolas para meninos eram segregadas das escolas para meninas, ou seja, estudavam separadamente. (SCHUELER, 1999).

De acordo com Camargo (2009, p. 32) “nesse período a educação era extremamente elitista. Somente os ricos e homens brancos tinham acesso à educação. Não existia o ensino básico”. A burguesia era responsável pela própria educação de suas crianças, para isso, contratavam professores (as) encarregados (as) de ensinar somente os meninos, preparando-os para níveis mais avançados de ensino. Os pobres não tinham acesso às escolas, pois nesse período não existia o ensino primário. Segundo Schueler (2006):

Na Corte, centro do poder estatal imperial, O Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte de 1854 destinava-se a instituir práticas gerais sobre o ensino primário e secundário na cidade, práticas que se pretendiam ordenadoras, na dinâmica de sua realização, não apenas de normas, mas das ações pedagógicas já existentes no interior das casas de escola, instituindo, então, novas práticas sociais e culturais nos processos de ensino aprendizagem.

Em meados do século XIX e XX, transformações começaram a ocorrer na história da educação, “ressalte-se que alguns pensadores da época almejavam que o Brasil alcançasse o nível de desenvolvimento dos outros países considerados desenvolvidos, especialmente os europeus” (R. DARIUS; F. DARIUS, 2018, p. 33). Por volta de 1890 a educação brasileira iniciou uma nova etapa, através da consolidação do ensino primário, considerado um marco histórico para o avanço da escola pública no Brasil, o que ocorreu entre 1890 a 1931 a implantação gradual das primeiras escolas de ensino primário no Brasil e a formação dos professores pelas escolas normais (R. DARIUS; F. DARIUS, 2018).

Muitas ideias ligadas a renovação do ensino e do modelo de escola elementar voltado para a escolarização da massa, passaram a ocupar um lugar de destaque e foram sendo adotados por diversos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Iniciou-se desse modo uma reorganização dos programas escolares e o surgimento de várias disciplinas, principalmente no ensino primário, dentre elas ciências, desenho e educação física (PEREIRA; FELIPE; FRANÇA, 2012). Diversas modalidades de ensino foram adicionadas às escolas primárias, tais como: Escolas Isoladas, Escola Singular, Escola Distrital, Escola Rural, Escola Urbana, Escola Modelo, Escola Unitária, Escola das Primeiras Letras e Grupos Escolares. Muitas dessas terminologias passaram por modificações perante o sistema educacional e suas reformas, no entanto, compõe a constituição do ensino primário da Primeira República.

Com relação aos professores, o Regulamento de 1854, estabeleceu quanto ao instrumento normativo, um conjunto de normas e regras que previam desde a seleção até o fim da carreira do magistério. Assim, a legislação prestou contribuições quanto à construção e definições acerca das funções dos professores, bem como seu papel perante a sociedade, deixando claro qual a conduta moral e traços ideais de personalidade que eram desejados (SCHUELER, 2006).

As chamadas escolas isoladas, como modalidade do ensino primário, integrantes do processo de expansão da escolarização do século XX, assim como os chamados grupos escolares, vivenciaram inúmeras privações e dificuldades, principalmente as escolas isoladas, muitas vezes situadas em zonas rurais ou em localizações longínquas, com circunstâncias muitas vezes tida como precárias, ao

contrário dos grupos escolares que receberam edificações luxuosas e equipadas com o intuito de educar as elites urbanas (SILVA, 2014). Mesmo com condições precárias, as escolas isoladas rurais eram expostas às inspeções que cuidavam para que professoras, alunos e comunidade como um todo vivessem padronizadas de acordo com a estrutura vigente nos grupos escolares. Para Garnica (2011, p. 71) “a necessidade das escolas isoladas sempre foi incontestada, mas a política educacional vigente, que privilegiava flagrantemente os núcleos urbanos, as relegava a um contínuo exercício de carências”. As professoras dos núcleos rurais tinham salários e status diferenciados das professoras dos grupos escolares, e eram impostas exigências tais como controle dos números de matrículas que deveriam manter-se estáveis e checagem das roupas dos alunos que deveriam ter a higiene mantidas a todo custo (GARNICA, 2011). Nas escolas isoladas, geralmente, não havia espaços educacionais apropriados, e nem salários dignos para professores.

O que se observa na literatura pertinente a este tema, é que a educação brasileira patrocinada pelo governo, sempre esteve a serviço da elite, ou seja, a camada dominante da sociedade. O registro das primeiras escolas superiores criadas foram as de Direito, Agronomia, Medicina e a Academia Militar, se houvesse de fato uma preocupação com a educação a primeira escola superior a ser implantada no Brasil teria sido à Escola de Formação de Professores.

Quanto a essa preocupação sobre a formação de professores, observa-se na bibliografia analisada baixa produção sobre tal assunto, foi de fato algo ausente, por exemplo, desde o início da educação formal no Brasil, principalmente com relação ao ensino primário, os professores eram escolhidos sem quase critério nenhum, no entanto, a partir do século XIX passou a existir preocupações no sentido de selecioná-los, e foi através da Lei das Escolas de Primeiras Letras, promulgada em 15 de outubro de 1827 por D. Pedro I, que passou a existir a adoção de medidas pedagógicas específicas para o então reconhecimento do trabalho dos/as professores/as nas escolas de primeiras letras (MARCHELLI, 2017).

Desse modo, surgiu um novo modelo de ensino, graças ao plano de extensão do ensino primário iniciado em meados do século XIX que visava, antes de tudo, atender a todas as camadas da população e, graças ao advento de novas ideias liberais que começam a surgir no início deste século. Trata-se da implantação

das primeiras escolas normais no Brasil, que de acordo com Tanuri (2000, p. 64) “a primeira escola normal brasileira foi criada na Província do Rio de Janeiro, pela Lei nº 10, de 1835”. Para Martins (2009, p. 174):

As Escolas Normais, desde o momento de sua institucionalização, foram importantes ‘agências’ na mediação da cultura, ou melhor, instâncias responsáveis pela divulgação do saber, das normas e técnicas necessárias à formação dos professores. Consideramos a Escola Normal um ‘ethos’ que elabora uma cultura pedagógica para a formação do professor.

Dos pré-requisitos para se candidatar ao ingresso na escola normal, era preciso ser cidadão brasileiro, maior de 18 anos, com boa conduta, adepto à moral e aos bons costumes e que soubesse ler e escrever. A preocupação relacionada ao intelecto do professor não era efetiva no primeiro projeto da escola normal, na verdade, o intuito era justamente formar professores que fossem capazes de levar as camadas populares à civilidade e a ordem, gerando uma espécie de moral universal em toda sociedade (MARTINS, 2009).

Para os/a professores/as que já estavam em exercício, ao ingressar na escola normal, continuariam recebendo seus salários, ou se preferissem ganhariam uma ajuda de custo, no entanto, para quem tinha mais de dez anos no magistério e se recusasse a frequentar a escola, seriam automaticamente aposentados, para quem tivesse menos de dez anos e se recusasse, seriam demitidos. Se determinada Província não alcançasse o número suficiente de alunos para abrir a escola normal, a mesma poderia conceder uma pensão mensal para no máximo dez alunos carentes, se assim desejassem seguir carreira no magistério, bastava apresentar um fiador e assumir o compromisso de fazer o curso e exercer o magistério após a formação (CASTANHA, 2008).

O currículo é bastante simples “não ultrapassando o nível e o conteúdo dos estudos primários, acrescido de rudimentar formação pedagógica, esta limitada a uma única disciplina (Pedagogia ou Métodos de Ensino) e de caráter essencialmente prescritivo” (TANURI, 2000, p. 65). Através do decreto de nº 8.025 de 16 de março de 1881, ficou estabelecido que:

Artigo 1º: A Escola Normal tem por fim preparar professores primários de 1º e 2º graus: o ensino nela distribuído será gratuito, destinado a ambos os sexos, e compreenderá dois cursos – o de ciências e letras e o de artes. Artigo 2º: O curso de Ciências e Letras se comporá das seguintes matérias: Instrução Religiosa, Português, Francês, Matemática Elementar, Corografia e História do Brasil. Cosmografia, Geografia e História Geral, Elementos de Mecânica e Astronomia, Ciências Físicas, Ciências Biológicas, Lógica e Direito Natural e Público. Economia Social e Doméstica, Pedagogia e Metodologia. Artigo 3º: O curso de Artes abrangerá as seguintes disciplinas: Caligrafia e Desenho Linear, Música Vocal, Ginástica, Trabalhos de Agulha (para alunas) (DECRETO nº 8.025, 16/03/1881, art. 1º, 2º e 3º).

Após a euforia constatada nas décadas de 1830 e 1840, a ideia de escola normal começou a enfraquecer e perder forças, embora não tenha desaparecido por completo, voltando então, a ocupar lugar nas discussões, debates e documentos a partir de meados da década de 1850 e início do século XX.

Havia de fato preocupação com a formação, mas não era com a formação da sociedade, mas dos filhos das elites. Por isso, o primeiro curso superior foi o de Direito. Somente na década de 1920 entrou em cena a luta dos chamados “cientistas da pedagogia” que contribuíram de modo efetivo para o aprimoramento da educação brasileira. Muitas reformas aconteceram na educação em décadas posteriores, no entanto, entre os anos 1930 até os anos 1990 as reformas ainda estiveram longe de ser uma mudança profunda na educação brasileira, no entanto, o Brasil saiu da estagnação educacional e deu início as transformações que mudariam sua história.

Entre 1930 a 1960, ocorreram importantes transformações no que se diz respeito a mudanças estruturais, o que culminou diretamente na construção de um sistema nacional de educação pública. Apesar das reformas educacionais brasileiras ocorridas nesse período, não houve resolução para o problema secular do analfabetismo e nem a efetivação da garantia de escolaridade para todas as crianças. Logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, sendo implantada a reforma de 1931 por Francisco Campos (M. BITTAR; M. BITTAR, 2012). O atraso na educação era tamanho, que de acordo com Farias et. al. (2018, p. 05) “o Ministério da Educação só foi criado em 1930 e nesse momento a saúde estava ligada à educação, sendo o Ministério da Educação e Saúde Pública, nota-se que não estava muito claro ao governo, o destino de nossa educação”, no entanto, estava sendo institucionalizada.

Vargas, durante a IV Conferência da Associação Brasileira de Educação – ABE, pediu aos educadores que dessem ao governo o sentido pedagógico da revolução, de acordo com M. Bittar e M. Bittar (2012, p. 158) “a Reforma Francisco Campos, como ficou conhecida, teve como diferencial a criação, pelo menos em lei, de um Sistema Nacional de Educação, além de ter criado o Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo máximo para assessorar o Ministério da Educação”.

A Reforma Francisco Campos resultou numa série de decretos, que apesar de procurarem aparentar certa preocupação com a classe trabalhadora, na verdade acabaram por revelar que as reformas não traziam benefícios para os menos favorecidos, mas sim, forneciam uma falsa impressão de que o governo preocupava-se com os desejos da classe trabalhadora, quando na verdade o objetivo principal sempre foi o de formar uma elite mais bem preparada intelectualmente (BOUTIN; SILVA, 2015). Essa Reforma marginalizou o ensino primário, o Curso Normal de formação de professores que atuavam no primário, e vários ramos ligados ao ensino profissional, com exceção do ensino comercial. Entre 1942 a 1946, período de ditadura, passou a vigorar uma das reformas mais demoradas do Sistema Educacional Brasileiro, as chamadas Leis Orgânicas do Ensino, ou Reforma Capanema, como eram mais conhecidas, por terem sido ministradas por Gustavo Capanema, então Ministro da Educação. Sobre a Reforma Capanema, Boutin e Silva (2015, p. 4.494) versam que “as diretrizes para o ensino mais uma vez apontam para a compreensão de que os objetivos para a educação pautavam-se numa ideologia da preparação da classe trabalhadora para o mercado de trabalho e da elite para o ensino superior”.

Com o fim do Estado Novo, surge a consolidação de uma nova constituição, a Constituição de 1946, que no que concerne a educação determinava a obrigatoriedade da conclusão do ensino primário e direcionava ao Estado a competência de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. De acordo com David et al. (2014, p. 195) “com base nas doutrinas constantes na Constituição de 1946, o Ministro Clemente Mariani institui uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral da educação”. No ano de 1948, teve início as discussões sobre a Lei de Diretrizes Básicas para a educação, no entanto, dentro do contexto político entre esquerda e direita, somente após 13 anos

de conflitos ideológicos e de lutas pela educação brasileira, é que em 1961 foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que passou a incorporar o direito à educação, a obrigatoriedade escolar e a extensão da escolaridade obrigatória. De acordo com M. Bittar e M. Bittar (2012, p. 161) no que diz respeito à estrutura do ensino “a Lei manteve a herança da Reforma Capanema: pré-primário; primário; médio, subdividido em dois ciclos (técnico e secundário); superior. Daí afirmar-se que a Reforma Capanema teve caráter duradouro que as outras reformas não tiveram”.

A partir desse momento podemos citar outras reformas que ocorreram após a promulgação da primeira LDBE: Reforma Universitária de 1968; Reforma do Ensino Fundamental conhecida como Lei n. 5.692, de 1971; Reformas Neoliberais na década de 90; dentre outras.

2.1.1 As políticas públicas de educação no Brasil: da LDB ao Plano Nacional de Educação – PNE 2010

As políticas públicas são ações capazes de provocar mudanças em diversos setores da sociedade, o que não é diferente na educação, principalmente com relação ao espaço escolar, seus princípios, forma organizacional e desenvolvimento. As implantações das políticas públicas afetam diretamente o cotidiano das práticas pedagógicas dos(as) professores(as) bem como a cultura escolar na qual estão envolvidos(as).

As políticas públicas para Souza (2009) “são implementadas para suprir necessidades que a sociedade esteja perpassando em dado momento histórico, onde o Estado deve intervir com ações para minimizar estas carências, possibilitando a garantia do direito à educação”. De acordo com L. Silva e A. Silva (2016, p. 01-02) “as políticas públicas influenciam a vida dos cidadãos, pois se constituem em ações desencadeadas pelo Estado visando ao atendimento de demandas da sociedade”. O Ministério da Educação – MEC defende que o que deve direcionar um projeto de nação é a formação integral e uma educação de qualidade social. No entanto, são muitos os debates e discussões sobre projetos de nação, e quais os caminhos para alcançá-los pela via educacional.

Na década de 1990, surge uma nova característica impulsionada pela ideia de diminuição do papel do Estado, tido como controlador e estabilizador. O governo de Fernando Henrique Cardoso assumiu o país em um momento de endividamento do Estado e de acordo com Lucchesi (2007) o presidente propôs uma reforma do Estado brasileiro, e deu início a um ciclo de privatizações dos serviços públicos, inclusive com destaque à educação, especialmente para a educação superior. Um dado interessante relacionado à política educacional brasileira foi o fato de que na década de 1990, defendia-se que fossem mínimos os serviços prestados pelo Estado ao cidadão. Na década de 1990, surgiu a tendência de crescimento do ensino universitário privado, sustentada e amparada legalmente pelo Estado brasileiro especialmente através da concessão à iniciativa privada a prestação de serviços educacionais na Educação Superior (MARTINS; LIMA, 2016).

É dever do social do Estado garantir a todos o acesso aos seus direitos fundamentais, dentre eles o direito a educação. Tal dever é desenvolvido e fortalecido através da implementação de políticas públicas, destacamos aqui na área do acesso à educação superior, que desde a década de 2010 tem sido palco da implantação de programas voltados especificamente para o acesso ao ensino superior, mais especificamente o Programa Universidade para Todos – PROUNI e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, programas estes destinados a gerar possibilidades às pessoas que não tem acesso as Instituições de Ensino Superior – IES de cunho privado, por serem de baixa renda (MOURA, 2014).

As políticas públicas voltadas para o acesso ao ensino superior, desde o seu início são consideradas de grande importância para o avanço do ensino superior no Brasil, com o intuito de integrar as pessoas com desvantagens sociais, no entanto, sabemos que a realidade brasileira quanto ao acesso ao ensino superior ainda é complexa e envolve diversos fatores. Segundo Souza (2009, p. 482) “entende-se que as políticas educativas derivam de uma compreensão de que a busca de igualdade entre os cidadãos não pode ser atingida e mantida somente aplicando as mesmas regras de direito para todos”, ou seja, não basta querer tornar todo sujeito igual ao outro, mas sim, destinar tratamento igual aos socialmente desfavorecidos, fazendo-os gozar dos mesmos direitos que os demais sujeitos.

2.2 As LDB's e a Educação Superior

Dois momentos importantes na história do Brasil confluíram para que a educação passasse a ser reconhecida como direito de todos(as) brasileiros(as) que foram: à promulgação da Constituição Federal – CF em 1988 e a LDBEN de 1996. De acordo com Antunes, Silva e Bandeira (2019, p. 02) “a história das universidades brasileiras é recente, já que durante o período colonial da história do Brasil, Portugal não permitia a instalação de instituições de nível superior em suas possessões, apenas concedia bolsas para que filhos de colonos estudassem em Coimbra”.

Não era permitida a instalação de universidades em solo brasileiro para que não houvesse disseminação de ideias e movimentos pró-independência. Não havia interesse por parte das autoridades administrativas e muito menos recursos na colônia para a manutenção das instituições de ensino. Com a vinda da família real para o Brasil, surgiu a necessidade de modificações na estrutura educacional, mas desde a sua criação no Brasil, o ensino superior ficou restrito aos poucos jovens da elite e tudo funcionava de modo lento, tanto que a primeira instituição de ensino superior com status de universidade só surgiu no Brasil em 1920, na cidade do Rio de Janeiro (ANTUNES; SILVA; BANDEIRA, 2019).

De acordo com o art. 211 da CF, visando a assegurar educação com o mesmo padrão de qualidade a toda a população do país, “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”, estabelecendo normas e procedimentos comuns válidos para todo o território nacional (BRASIL, 1988). Uma junção que articula diversos aspectos da educação no país, esse sistema não pode ser reconhecido como uma tenda com a mera função de abrigar sistemas de ensino supostamente autônomos entre si, mas sim fazer a construção única dos vários aspectos ou serviços educacionais mobilizados no país, reunidos de modo que completem o conjunto coerente e eficiente no processo de educação da população.

De acordo com Saviani (2010 apud Moraes et. al., 2017, p. 44), o sistema de ensino:

Não pode ser uma unidade monolítica, indiferenciada, mas unidade da diversidade, um todo que articula uma variedade de elementos que, ao se integrarem ao todo, nem por isso perdem a própria identidade; ao contrário, participam do todo, integram o sistema na forma de suas respectivas especificidades.

Desde 1930 a ideia de planejar a educação acontecia, passava por processo de maturação, principalmente porque contava com a atuação dos educadores reconhecidamente pioneiros ou renovadores do processo educacional. A década de 1960 se apresentou como um marco para educação brasileira, especialmente devido a promulgação da primeira LDB (1961) e também porque nessa década foram implementados os primeiros planos educacionais (FONSECA, 2009). O ano de 1968 foi marcado pela reformulação da LDB de 1961, e destacou-se a Reforma Universitária através da Lei n. 5.540, com o intuito principal de reorganizar a universidade haja vista que havia uma grande procura por cursos superiores. De acordo com Boeno, Gisi e Filipak (2015, p. 20.496) “foi nesse contexto que surgiram os cursos de Licenciatura Curta, cujo objetivo central era preparar rapidamente para o mercado de trabalho”.

A reforma de 1968 impôs transformações no ensino superior no Brasil, ainda possíveis de serem identificadas na organização de algumas instituições brasileiras. Segundo Antunes, Silva e Bandeira (2019, p. 03) “essa reforma trouxe grandes avanços, mas também grandes consequências, pois diversos professores foram compulsoriamente aposentados, reitores foram demitidos, o controle policial foi estendido ao currículo e aos programas das disciplinas”. Por outro lado a reformulação da LDB de 1968 favoreceu maior ampliação do acesso ao curso superior com a criação de diversos recursos, como por exemplo, a criação de programas de pós-graduação dentre outros.

Com o fim da ditadura militar em 1989, transformações sociais, econômicas e especialmente educacionais começaram a acontecer no Brasil, em 1988 iniciou-se uma nova gestação e uma nova proposta para a LDB. De acordo com Boeno, Gisi e Filipak (2015, p. 20.497) “em 1988 foi apresentado um primeiro projeto pelo então deputado Octávio Elísio, o qual foi discutido intensamente com a sociedade, por meio de um grupo de trabalho constituído em 1989”. A década de 1990 foi caracterizada pela reestruturação do sistema econômico e pela revolução da

tecnologia e da informação que começou a despontar no governo de Fernando Henrique Cardoso, sobretudo, nos seus dois mandatos que compreendem os anos de 1995 a 2002. Nesse período houve a confluência de uma série de mudanças no que se diz respeito à chamada Reforma do Estado.

Dentre as mudanças mais consideráveis, de acordo com Silva (2001, p. 01) “se destacaram as mudanças no papel do Estado-nação, nomeadamente no que diz respeito à capacidade de prover um sistema de proteção social que minimize os efeitos do processo de acumulação”. No ano de 1995, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, fortalecido pela popularidade e legitimidade conquistada nas urnas, deu início a ampla reforma nas políticas e nos aparelhamento do Estado com o intuito de reduzir as despesas, solucionar a crise da economia brasileira, e garantir a colocação do Brasil na economia globalizada. Com relação às mudanças, destacou-se a atuação do Banco Mundial, principalmente no campo das políticas educacionais com participação e interferência deste organismo internacional que atuou como importante interlocutor da política macroeconômica, em sintonia com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A prioridade do Banco Mundial proposta aos chefes de governo previa investimento na educação básica, voltada exclusivamente para a aprendizagem das habilidades cognitivas básicas, com o discurso voltado à centralidade do conhecimento, com redução do processo de formação para uma visão de racionalidade instrumental, tutelada e restrita (DOURADO, 2002). Mas a educação superior não ficou fora do projeto instituído por essa instituição financeira. Desse modo, é imprescindível observarmos as recomendações do Banco Mundial para a educação superior presentes no documento “La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia” de 1995. De acordo com Dourado, esse documento previa (2002, p. 240):

- 1) privatização desse nível de ensino, sobretudo em países como o Brasil, que não conseguiram estabelecer políticas de expansão das oportunidades educacionais pautadas pela garantia de acesso e equidade ao ensino fundamental, bem como, pela garantia de um padrão de qualidade a esse nível de ensino;
- 2) estímulo à implementação de novas formas de regulação e gestão das instituições estatais, que permitam alterações e arranjos jurídico-institucionais, visando a busca de novas fontes de recursos junto a iniciativa privada sob o argumento da necessária diversificação das fontes de recursos;
- 3) aplicação de recursos públicos nas instituições privadas;
- 4)

eliminação de gastos com políticas compensatórias (moradia, alimentação);
5) diversificação do ensino superior, por meio do incremento à expansão do número de instituições não universitárias; entre outras.

Essas orientações recomendadas pelo Banco Mundial fizeram parte da condução das reformas adotadas no ensino superior no Brasil, e a partir do final da década de 1990 observou-se o crescimento significativo das instituições de ensino superior de cunho privado. Esse fato integrou a nova configuração do ensino superior no Brasil, como veremos melhor nas análises e discussões.

Para Camargo (2009, p. 37) “o que a história mostra é que os planos para educação foram sempre na direção de corrigir a educação básica pela educação superior, como se fosse possível corrigir as fundações e pilares de um edifício reforçando ou aprimorando o telhado”. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases Nacional – LDBEN, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 trouxe um novo horizonte para a educação superior, a medida que estabeleceu as diretrizes para os três níveis de ensino (básico, médio e superior).

A LDB de 1996 tem um capítulo dedicado à educação superior, onde estabelece as finalidades dessa modalidade de educação e prever que pode ser ministrada em instituições de ensino de âmbito privado ou público, desde que estejam devidamente credenciadas pelo MEC com autorização e o reconhecimento dos respectivos cursos (artigos 43, 45 e 46). Os cursos deverão passar por processos regulares de avaliação, “e se forem constatadas deficiências, haverá reavaliação, se persistirem poderão resultar em desativação, intervenção na Instituição de Ensino Superior (IES) ou até mesmo seu descredenciamento (artigo 46, §1º)” (BRASIL, 1996).

O artigo 52 da LDB de 1996, afirma ser a universidade uma instituição pluridisciplinar, que deve ter como características pelo menos 1/3 do corpo docente com a titulação de mestrado e doutorado e também, 1/3 do corpo docente em regime de tempo integral. No artigo 53 a LDB apresenta à autonomia oferecida as universidades, com as atribuições de:

I – Criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; II – Fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; IV – Fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio; V – Elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes; VI – Conferir graus, diplomas e outros títulos; VII – Firmar contratos, acordos e convênios; VIII – Aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais; IX – Administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos; X – Receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas. (BRASIL, 1996).

Na década de 1990 aconteceram diversas promulgações de outros instrumentos legais, tais como leis, decretos, resoluções e portarias, que buscaram a formulação geral da estrutura e da política de educação superior no Brasil, dentre os quais podemos destacar o seguinte documento: decreto nº 2.207/1997, que estabeleceu distinções entre Instituições de Ensino Superior – IES públicas e privadas; reordenação das competências do Ministério da Educação – MEC, do Conselho Nacional de Educação – CNE e do Instituto Nacional de Estudos e pesquisa Educacionais – INEP (MOREIRA, L.K.R.; MOREIRA, L.R.; SOARES, 2018).

2.3 Metas do PNE com relação a Educação Superior.

A década de 1990, de fato, foi uma década com grandes eventos que marcaram a educação no Brasil. Um dos eventos importantes para a educação foi a Conferência Mundial da Educação para Todos que aconteceu em Jomtien, Tailândia no período de 5 a 9 de março de 1990, financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e pelo Banco Mundial.

Essa conferência trouxe novos paradigmas e resultados como, por exemplo, o Plano Decenal de Educação para Todos – 1993/2003. Tal conferência contou com a presença de 155 governos que ratificaram o compromisso de assegurar a educação

básica de qualidade para todos (DAMBROS; MUSSIO, 2014). O Brasil, nessa época, era um dos países com o maior índice de analfabetismo, e se comprometeu a apresentar as melhorias para eliminar tal condição.

Com o intuito de cumprir o que se determinava na CF e na LDB, surgiu o Plano Nacional de Educação – PNE, este documento definiu a União como responsável pela elaboração da política nacional de educação em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios. Nesse processo, o Estado ficou com a responsabilidade de executar as políticas e o plano educacional, de modo harmonioso como previsto nas diretrizes e no plano nacional de educação, integrado e coordenado com as ações municipais.

De acordo com Oliveira e Dourado (2016) O Projeto de Lei n. 8.035/2010 relacionado ao PNE passou por mais de três anos sendo discutido no Congresso Nacional, sendo debatido amplamente com o envolvimento das entidades do campo da educação, sendo aprovado em 25 de junho de 2014 por meio da Lei n. 13.005, sendo constituído por 20 metas com cada meta composta por um conjunto amplo de estratégias que devem ser executados entre 2014 e 2024.

Das 20 metas do PNE, três estão voltadas especificamente para a educação superior, são as metas 12, 13 e 14 cada qual contém um conjunto específico de estratégias. Segundo Zanferari e Almeida (2017, p. 3.462) “na meta 12, são dispostas vinte e uma estratégias. A meta 13 compreende a qualidade e a titulação do corpo docente, seguida de nove estratégias. E a meta 14 trata do acesso à Pós-Graduação *Scripto Sensu* e ampliação do número de titulados, fechando um grupo de quinze estratégias”.

De acordo com Moraes et. al. (2017, p. 45) o PNE “é um instrumento definido em função da política educacional a ser implementada, da legislação que lhe dá suporte e das condições humanas, materiais e financeiras à disposição da sociedade. Seu principal objetivo é atender às necessidades educacionais da população”. De modo geral, as metas previstas no PNE estavam focadas na equalização de oportunidades, com destaques para a universalização da educação fundamental e a expansão da educação infantil, do ensino médio e do ensino superior, incluindo também a reorganização e ampliação do sistema de financiamento através da constituição de fundos contábeis, tal como o FUNDEF.

A meta 12 do PNE nos permite compreendermos a problemática que envolve a elevação da matrícula e a expansão do ensino superior, questão discutida no PNE de 2001-2010, mas reforçada no PNE 2014-2024. O que chama a atenção na formulação da meta 12 do PNE 2014-2024 é a qualidade do ensino. Nesse sentido é importante destacar o incentivo à qualificação dos profissionais; esse pode ser considerado um importante e necessário fator para elevação da qualidade do ensino (ZANFERARI; ALMEIDA, 2017).

A meta 13 do PNE prever a elevação da qualidade do ensino superior e a ampliação do percentual de docentes com titulação de mestrado e doutorado no sistema de educação superior. A diferença do PNE 2001-2010 para o PNE 2014-2024 está em que o primeiro cuidava de incentivar a aproximação da educação com o mercado de trabalho, incentivando a produção da mão de obra, os cursos imediatos profissionalizantes e de curta duração. Já no PNE 2014-2024, embora bastante próximo do anterior, a meta 13 se aproxima da preocupação para a formação quantitativa de pessoas qualificadas, a modalidade *stricto sensu* passa a ser um diferencial e requisito para atuação em universidades. Para Minto (2018, p. 11) “a meta é chegar a 75% dos docentes em efetivo exercício com mestrado ou doutorado, sendo pelo menos 35% de doutores” (ZANFERARI; ALMEIDA, 2017).

A meta 14 do PNE tem o foco voltado para justamente elevar gradualmente o número de matrículas em pós-graduação em todo país, para que se atinja a titulação anual de “sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores” (BRASIL, 2014). A novidade para esta meta é a pretensão do estado avaliador com pretensões quantificáveis e possíveis de haver mensuração através das avaliações, sendo o Estado-avaliador o perfil regulador e o PNE o instrumento que regula a educação (OLIVEIRA; DOURADO, 2016).

Desse modo, o PNE ainda vigente é um plano que apresenta possibilidades de monitoramento, o que é um ponto positivo tendo em vista o considerável tempo de dez anos em um país que vive em constantes transformações. Assuntos que envolvem a expansão do ensino superior e das próprias IES's no Brasil, é um tema amplo e complexo, não cabe neste trabalho nos debruçarmos integralmente ao tema, no entanto, compreende-se que a educação superior no PNE é ligada a metas que trazem suas estratégias voltadas para a graduação, mas também para a

titulação de doutores na pós-graduação, além disso mostra preocupações acerca da expansão do ensino, para a universalização do atendimento ao nível superior, gerando possíveis efeitos na inclusão social na produção do conhecimento e desenvolvimento do país (OLIVEIRA; DOURADO, 2016).

3 METODOLOGIA

A realização desse trabalho seguindo os aspectos metodológicos recomendados, priorizou a organização e análise de determinado campo ou área, além de indicar possíveis contribuições das pesquisas consultadas com relação às rupturas sociais. Como esse trabalho foi realizado a partir da pesquisa bibliográfica, identificamos as categorias de análises recorrente em cada trabalho analisado com o intuito de destacar os aspectos e as dimensões das políticas educacionais que elencaram em diferentes épocas e lugares, tais como o PROUNI.

O método para a coleta de dados utilizado foi a pesquisa bibliográfica/documental, onde foi possível colher as pesquisas sobre a temática dos autores que já escreveram sobre o assunto, tais como Frigotto e Ciavatta, 2003; Soares, 2017; Gentil, 2017; Antunes, Silva e Bandeira, 2019; Marchelli, 2017; Camargo, 2009; Wbatuba, 2018; Dambros e Mussio, 2014; dentre outros. Sendo selecionados os trabalhos científicos publicados que tratam sobre o tema em questão, que é os aspectos históricos do PROUNI como política pública educacional entre os anos de 2005 e 2010.

A pesquisa deste trabalho foi de cunho exploratório, constituindo o primeiro passo de todo trabalho científico. Visa, sobretudo quando é bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto, facilitar a delimitação de um tema de trabalho, definir objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente.

Segundo Lakatos e Marconi (1992, p.44):

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica/documental pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na escolha e delimitação do tema, seguido pelo levantamento bibliográfico e pesquisa que nos forneceu embasamento teórico sobre o tema tratado, e nos ajudou a responder questões referentes ao propósito desse trabalho. O recorte temporal compreende os anos de 2005 à 2010.

Desse modo, este trabalho tem uma abordagem qualitativa, sobretudo, porque se ateve às revisões das bibliografias sobre o tema encontradas nos sites Google Acadêmico, Scielo e no Banco de Dados da Capes. As obras foram selecionadas com o objetivo de identificar categorias de análise com que autores/as dos trabalhos analisados pensaram e discutiram as políticas públicas de educação superior. Após essa etapa foram analisadas as produções encontradas com base no resumo, e logo após foi feita a análise da produção na íntegra a fim de compreender os aspectos eleitos como norteadores da pesquisa (SILVA ET AL., 2014).

A leitura dos trabalhos foi realizada com o intuito de se identificar o principal foco de pesquisa abordado, o que levou à seleção das vertentes que fundamentam a análise por meio de categorização das subtemáticas abordadas. Para facilitar o agrupamento dos dados, as informações foram coletadas ano a ano e, em seguida os dados agrupados contendo os critérios definidos para a análise. O uso de descritores de acordo com Silva et. al. (2014, p. 287) “tem por função delimitar a temática abordada na pesquisa e orientar as buscas em levantamentos bibliográficos”. Foram utilizadas as seguintes palavras-chaves ou descritores na busca: 1-Políticas de Educação Superior, 2-Programa PROUNI 3-Acesso e Permanência na Educação Superior, 4-Políticas de Inclusão e 5-Ações Afirmativas na Educação Superior.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 O surgimento do PROUNI e as transformações no Ensino Superior: de 2005 a 2010

O avanço da educação superior no Brasil, historicamente falando, sempre esteve atrelado às relações econômicas, políticas e culturais estabelecidas pela formação econômico-social do país. Esse histórico também se interliga as definições das políticas educacionais brasileiras, as discussões sobre os projetos de educação e suas visões antagônicas e a disputa pela destinação dos recursos públicos (WBATUBA, 2018).

4.1.1 O octênio do Governo FHC e as mudanças ocorridas na Educação Superior

Com relação ao período de governo de FHC e a inserção das políticas públicas em seu governo, Frigotto e Ciavatta (2003, p. 103) afirmam que:

Todas convergem no sentido de que se trata de um governo que conduziu as diferentes políticas de forma associada e subordinada aos organismos internacionais, gestores da mundialização do capital e dentro da ortodoxia da cartilha do credo neoliberal, cujo núcleo central é a ideia do livre mercado e da irreversibilidade de suas leis.

O fato é que a chamada “era FHC” trouxe ao Brasil, um período de intensos debates que atravessaram momentos históricos entre a ditadura civil-militar e a redemocratização. A burguesia brasileira se encontrou na figura de FHC, o julgava uma liderança capaz de construir um projeto hegemônico que duraria por muito tempo ligado e subordinado à nova conjectura da mundialização do capital. Com relação ao projeto educativo de FHC, há a compreensão e coerência lógica quando se encontra interligado com os próprios projetos de ajustes da sociedade brasileira em detrimento das demandas do grande capital (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

No entanto, o movimento de reformas ocorridas no governo FHC seguiu a tendência mundial que apontava a direção dos acontecimentos. De acordo com Ball (2002 apud Oliveira, 2009, p. 200) estudos de Carter e O’Neill, “discute tal tendência

demonstrando que esses autores resumiram, na literatura existente até os anos 1990, aspectos que demonstram as mudanças que estariam ocorrendo nas relações entre as políticas, os governos e a educação em perspectiva internacional”. Com suas políticas orientadas pela cartilha neoliberal, especialmente pelos postulados do Consenso de Washington, o governo FHC associado e subordinado aos comitês internacionais, trouxe para o Brasil um conjunto de reformas que mexeram contundentemente com a estrutura do Estado, bem como suas funções, especialmente no âmbito da educação (NUNES; BRAGA, 2016).

O projeto de FHC passou pelo processo de expansão e privatização orientado pela lógica neoliberal, mas orientado, também, pela lógica de que ao Estado caberia a regulação do sistema, instituiu-se assim, um sistema complexo de avaliação de todos os níveis de ensino o que aumentou o controle com o intuito de trazer melhorias quanto a qualidade da educação oferecida, isso de fato não ocorreu. De acordo com M. Bittar e M. Bittar (2012, p. 165) com relação à Educação Superior “a constatação centrava-se na extrema desigualdade de acesso e permanência, na exclusão de milhões de jovens desse nível de ensino, em especial, negros e indígenas, na privatização, e no ensino de baixa qualidade, entre outros”.

O projeto político de FHC para o ensino superior prometia uma espécie de “revolução administrativa”, com o objetivo claro de reduzir os recursos e a utilização da capacidade ociosa, com a generalização dos cursos noturnos e aumento das matrículas sem que isso causasse despesas adicionais. Em um breve balanço das políticas para o ensino superior, implementadas pelo governo FHC, pode-se destacar as mudanças com relação ao acesso ao ensino superior, pois, ao eliminar a obrigatoriedade dos exames vestibulares, com a criação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, houve a pretensão de eliminar dois problemas ao mesmo tempo.

O primeiro problema se refere a “estabelecer um padrão de qualidade do ensino médio em rápido crescimento, o que pode influenciar sobre a qualidade da demanda de ensino superior” (CUNHA, 2003, p. 56). O segundo problema a ser eliminado seria a redução dos custos com relação a seleção dos candidatos aos cursos superiores, principalmente para as IES particulares, que se viam na

obrigatoriedade de realizar diversos exames ao longo do ano para poder preencher as vagas ociosas (CUNHA, 2003).

De acordo com Gentil (2017, p. 04) “a educação deixou de ser um direito e passou a ser considerado um serviço, bem como deixou de ser considerada um bem público, pois passou a ser vista como um serviço privatizado, situação que, sem dúvida, trouxe novas concepções à educação superior”. Em decorrência desse fato, o que se observou neste período foi o crescimento de instituições privadas se comparadas a quantidade de instituições públicas, durante o governo FHC. A privatização que ocorreu internamente nas universidades públicas, através da diversificação das fontes de financiamento, acabou por consistir em um importante mecanismo dentro do processo de empresariamento da educação superior. Segundo Nunes e Braga (2016) houve uma convergência entre “as políticas implementadas pelo governo FHC teses neoliberais tuteladas pelo Banco Mundial nos seus documentos pontuais, dando curso a um intenso processo de reforma do Estado capitalista e da educação superior do Brasil”.

4.1.2 O governo Lula e as transformações na Educação Superior até o ano de 2010

Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da República, após muita persistência ao disputar e ser derrotado em três campanhas eleitorais, uma para Fernando Collor de Mello e duas para Fernando Henrique Cardoso. Com relação ao período que compreende o governo Lula, os programas sociais implementados, principalmente no primeiro mandato, podem ser considerados em grande parte como assistenciais ou compensatórios.

Seguindo a mesma lógica do governo anterior, muitos programas sociais foram desenvolvidos tendo como público-alvo as camadas mais pobres da sociedade, os miseráveis e os que se encontravam abaixo da linha de pobreza. De acordo com Gentil (2017, p. 05) Lula assumiu a presidência em 2003 “com discurso de diretrizes programáticas diferente do adotado pelos governos anteriores, considerando a redução das desigualdades sociais como elemento fundamental para o desenvolvimento do país”.

Em campanha, em sua proposta de governo (2002), Lula defendeu a ação reguladora do Estado com relação ao mercado para que assim houvesse o enfrentamento da exclusão social, no intuito de garantir a cidadania de todos os brasileiros, sem exceção. Com isso, entendeu-se como sendo necessárias as ações afirmativas para que se evitasse a discriminação contra alguns grupos da sociedade, com destaque para negros, índios, pessoas com deficiências, dentre outros. O objetivo seria fazer a democratização sem que a educação se transformasse em mercadoria, com a universidade exercendo o papel da educação (GENTIL, 2017).

Durante o seu governo, Lula teve nomes importantes no Ministério da Educação, tais como Cristovam Buarque e Tarso Genro, no entanto, o destaque em meio ao desenvolvimento de políticas públicas na área da educação foi para o Ministro Fernando Haddad (2005 – 2010), então secretário executivo do MEC, em 29 de julho de 2005. “Fernando Haddad ficou no Ministério da Educação até o final do governo Lula e definiu o perfil das políticas efetivamente adotadas por este” (AGUIAR, 2016, p. 115).

No entanto, algumas ações como o Projeto de Parceria Público-Privada – PPP de 2004 trouxe uma série de atividades do governo que estabeleciam parceria do Estado com as empresas privadas em diferentes áreas. No campo da educação, houve nesse momento a ampliação na utilização de recursos públicos por entidades privadas (NUNES; BRAGA, 2016). A inserção das parcerias público-privadas na educação superior proporcionou a criação do Programa Universidade para Todos – PROUNI, lançado em 2004, e com o objetivo principal de isentar fiscalmente as IES privadas em troca de vagas públicas na mesma, no entanto, falaremos mais dessa política pública mais adiante.

De forma ousada, Lula implantou algo antes nunca visto no país, ao apresentar um modelo de políticas em que o social e o econômico conversam entre si, além de se completarem. Houve muitas discussões que abordam a continuidade ou não do governo Lula quanto a política macroeconômica de Fernando Henrique Cardoso (FHC), mas esse não é o foco principal de discussões desta pesquisa, cujo objetivo é analisar os aspectos históricos do PROUNI como política pública educacional. Para Oliveira (2009), os programas sociais implementados por Lula, principalmente no primeiro mandato, podem ser considerados em sua maioria como

programas assistenciais ou compensatórios, e segue em parte a mesma lógica do governo que o antecedeu, no caso o governo FHC, no entanto, alguns programas sociais têm um alvo mais forte que inclui os mais pobres e os que se encontravam abaixo da linha da pobreza.

O fato é que ao iniciar seu governo, Lula deparou-se com uma realidade marcada pela desigualdade, pobreza, educação e saúde em estado calamitoso, com um Brasil marcado por mazelas que historicamente compõe o cenário brasileiro, em que a política social nunca foi protagonista. Ao analisarmos a história brasileira, veremos, de acordo com Passos e Guedes (2015, p. 30) “que as ações sociais sempre foram pensadas, desenhadas e executadas de maneira secundária e sem diálogo com a política econômica, como se o social pudesse avançar sem o econômico e o econômico, por sua vez, existisse sem o social”.

Alguns programas sociais implantados por Lula e que chamaram atenção pelo discurso da elevação do social frente a condição de eixo estruturante do crescimento econômico, por meio da ampliação do mercado de consumo de massa, com políticas para geração de renda e inclusão social. Dentro de alguns, dos muitos programas criados, destaque para:

- Programa Bolsa Família - “Criado em 2003, no âmbito do programa Fome Zero, o programa Bolsa Família é considerado uma das iniciativas mais exitosas de combate às situações de pobreza” (MERCADANTE, 2010).
- Programa Brasil Sorridente;
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu);
- Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPAs);
- Escolas Técnicas Federais;
- Programa de Expansão da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior;
- Programa Universidade para Todos – PROUNI;
- PROJOVEM;
- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES -
- Universidade Aberta do Brasil – UAB;
- Programa de Aceleração do Crescimento – PAC;

- Programa Territórios da Cidadania -“Lançado em fevereiro de 2008, está voltado à superação da pobreza nas áreas rurais, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” (MERCADANTE, 2010, p. 88)
- Programa Minha Casa, Minha vida.

Observa-se nos muitos programas implantados, sejam eles de sucesso ou não, que no governo Lula a promoção da inclusão social, da distribuição de renda e da redução das desigualdades, foram pontos decisivos e estratégicos dentro da agenda social de um governo marcado pela tônica de inúmeras iniciativas que sempre estiveram pautadas no aperfeiçoamento de algumas ações já praticadas por governos anteriores e na inauguração da criação de novos programas e políticas públicas. Para Passos e Guedes (2015, p. 34) “a aceleração do crescimento com redistribuição social proporcionou melhoria de vida para uma massa da população que estava à margem da riqueza socialmente produzida”.

Na educação houve a descentralização com iniciativas importantes do ponto de vista educacional, no sentido de que no período que compreendeu esse governo, houve a busca da recuperação do papel do Estado como protagonista e promotor de políticas públicas, bem como houve a tentativa de se corrigir as distorções sociais e econômicas de um país com as dimensões do Brasil. Para Oliveira (2009, p. 208) “as políticas educacionais do governo Lula nos seus dois mandatos podem ser caracterizadas por políticas ambivalentes que apresentam rupturas e permanências em relação às políticas anteriores”.

Diversos estudos e pesquisas, tais como os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2005), mostram que os programas e as políticas públicas implementadas de fato alteraram as condições de existência dos seus beneficiados, com visíveis melhorias da renda e possibilidades de acesso a determinados serviços que geram um padrão de vida mais digno, no entanto, as análises não podem ser tomadas por completas, haja vista que são inacabadas e não se pode afirmar que determinadas melhorias signifiquem redução das desigualdades que historicamente marcam este país, como sendo um dos mais desiguais do mundo, socialmente falando (OLIVEIRA, 2009).

As políticas públicas podem ser entendidas como um meio de o Estado intervir na sociedade, buscando trazer melhorias para a vida dos cidadãos, especialmente no âmbito educacional, haja vista que é nessa área que são realizadas inúmeras ações que visam fiscalizar, incentivar e planejar questões voltadas para a melhoria da educação brasileira (CARVALHO, 2013). Uma política educacional é considerada uma política pública justamente por ser algo desenvolvido pelo governo, mas com participação da sociedade, no intuito de alcançar algo através da democratização, sendo uma política social e econômica por prestar benefícios a vários setores da sociedade, inclusive por transformar a vida dos cidadãos exercendo forte influência na economia do país. De acordo com Carvalho (2013, p. 36) “Lula criou uma política de diversidade social em seu primeiro mandato, desenvolvendo vários programas e ações, que deram continuidade às políticas de valorização da educação iniciada no governo anterior”. E um dos marcos dessa política educacional inovadora é o fato da nova construção e ações que buscaram melhorias da qualidade da educação com estímulo à diversidade étnico-racial, haja vista que nosso país sempre foi marcado por uma cultura discriminatória relacionada a condição social acentuada dos indivíduos.

Com as políticas econômicas, sociais, educacionais e tributárias, o Brasil passou a ocupar um novo lugar no cenário mundial, assumiu posições privilegiadas com os Estados Unidos e alguns países da Europa. Dentro deste cenário se buscou consolidar programas de políticas econômicas e sociais, que de acordo com Soares (2017, p. 54) “visualiza o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com algumas políticas de transferências de renda, priorizando a população mais pobre, ainda o faça de forma moderada”.

No âmbito das políticas educacionais, no governo Lula houve abertura para que se avançasse na formulação de uma política que orientasse a classe educacional, dente eles a promulgação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE em 2007 aprovado na Lei n. 13.005, de junho de 2014, na educação básica foram tomadas medidas relevantes como, por exemplo, a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, que ampliou os recursos a serem

disponibilizados para a escola, são fortes evidências desse avanço (SOARES, 2017; CARVALHO, 2013).

Com relação ao ensino superior, as políticas educacionais contou com a expansão das IES públicas federais, um avanço marcado, principalmente, pela implementação de dos Institutos Federais e Centro Federais de Educação Tecnológica – CEFETS, bem como a expansão pelo interior de IES, dando oportunidade a quem mora distante dos centros urbanos cursarem uma universidade e dando possibilidades da potencialização do desenvolvimento econômico nos mais diversos setores do território nacional. De acordo com Soares (2017, p. 61) “Programas como o de expansão das Instituições Federais de Educação Superior e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI-2007) contribuíram significativamente para a expansão desse setor de ensino”. De fato o governo Lula apresentou programas educacionais que propiciaram a expansão das instituições de ensino superior públicas, proporcionando maior acesso à população de baixa renda, dentre eles destacou-se o PROUNI, Programa “Universidade para Todos” e o REUNI. Para Gentil (2017, p. 07) “tais iniciativas resultaram na implantação de 14 novas universidades federais e 126 novos campi universitários distribuídos no conjunto do território nacional”.

Não poderíamos deixar de citar o Programa Expandir lançado pelo MEC em 2005 com o slogan: “Universidade, expandir até ficar do tamanho do Brasil”, que mostrava de fato a preocupação do governo Lula em fortalecer o ensino superior público em detrimento do ensino superior privado. Tal projeto de ampliação e fortalecimento dos campi universitários no interior do Brasil ampliou o acesso à educação superior para uma grande parcela de estudantes (GENTIL, 2017). Apesar dos erros e atropelos existentes na gestão Lula, mesmo adotando traços de continuidade com relação ao governo anterior, deu-se início a uma nova fase na política voltada para a educação superior no Brasil, cujo cenário tinha como protagonista o Estado na indução de políticas públicas.

4.1.2.1 PROUNI

A expansão da educação superior brasileira, de modo especial nas últimas duas décadas, aconteceu sob diversos aspectos, sejam eles em números de instituições, de cursos, vagas, de ingressantes, de matrículas e de concluintes. O PROUNI, foi criado por meio da Medida Provisória nº 213/2004, convertida na Lei nº 11.096/2005, cujo objetivo principal é a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior, em contrapartida as instituições recebem isenção de impostos federais (BRASIL, 2005).

Para que o estudante pudesse participar desse programa, era necessário que os beneficiários realizem a prova do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e obtivessem a média nacional que nos últimos anos têm permanecido na média de 45% aptos a concorrer às vagas.

De acordo com Carvalho Júnior (2018, p. 69):

O programa oferta bolsas que cobrem os custos das mensalidades de forma parcial ou integral e em contrapartida concede às instituições reduções tributárias no Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

Dados do MEC apontam que entre 2011 a 2014 foram ofertadas mais de 600 mil bolsas integrais e mais de 400 mil bolsas parciais em todo o país, o que dá no total mais de 1 milhão de bolsas oferecidas no período citado. No entanto, o PROUNI não concedeu aos jovens apenas bônus para ingressarem na universidade, beneficiou também as instituições de ensino superior privadas.

De acordo com Castro, Santos e Rodrigues (2017), o PROUNI e o FIES foram tipos de políticas públicas inclusivas compensatórias que o governo adotou para viabilizar o acesso ao ensino superior dos grupos minoritários em parceria com o setor privado. Tais medidas levaram a formulação das diversas críticas a esse programa ao longo dos anos desde sua criação, sobretudo no que diz respeito também ao acesso e a permanência de jovens na universidade através da concessão de bolsas, pois não bastava o acesso, era preciso garantir a

permanência e a conclusão do curso. Sem essa garantia, o programa não beneficiava os estudantes na sua totalidade.

No início do programa, muitos elogios e números que comprovavam que de fato era um programa de absoluto sucesso, no entanto, alguns pontos falhos começaram a aparecer e eis que surgiram diversas críticas frente ao PROUNI. De acordo com Costa (2011, p. 110) “a ausência de rede pública capaz de absorver a demanda por ensino superior é uma das alegações expostas e justificadoras de muitas ações implementadoras das políticas públicas para a educação superior, como é o caso do PROUNI”.

Fica claro que, tanto o PROUNI quanto o FIES, foram programas instituídos dentro de um panorama carente de ações e desenvolvimento de programas sociais que estivessem voltados à inclusão de grupos minoritários ao universo do ensino superior. Para Lambertucci (2007, p. 13) “de maneira geral, as críticas a ela se baseiam na perspectiva de que alunos de classes desfavorecidas estariam, mais uma vez, fadados a reproduzir nas universidades, o fracasso escolar”. Tal pensamento está correlacionado ao fato das pressupostas desvantagens e defasagens promovidas lá na base escolar desse indivíduo e diz respeito às questões dos estigmas que esse sujeito carrega consigo, de não ter bagagem cultural e social, o que de algum modo o levará a certa dificuldade na adaptação do meio acadêmico, promovendo assim a exclusão dentro da universidade.

A expansão do número de vagas do ensino privado de fato alavancaram consideravelmente, como consequência das transformações e implementações de programas tais quais o PROUNI e o FIES, com aumento, também, da população e desenvolvimento industrial. Desse modo, a rede privada cresceu “59 vezes, o que resultou que esse setor respondia por 44% das matrículas de graduação em 1960 e, em 2002 passou para 70%, o que tornou o Brasil o país com um dos mais elevados índices de oferta de matrículas nesse nível de ensino” (LAMBERTUCCI, 2007). Observemos a imagem da tabela abaixo:

Imagem 1 – Números das vagas oferecidas entre as IES públicas e IES privadas.

Tabela I: Distribuição Percentual do Número de Vagas Oferecidas no vestibular, por Categoria Administrativa - Brasil 1992- 2002

Ano	Total	Pública	□%	Privada	□%
1992	534.847	171.048	32,0	363.799	68,0
1994	574.135	177.453	30,9	396.682	69,1
1996	634.236	183.513	28,9	450.723	71,1
1998	776.031	205.725	26,5	570.306	73,5
2000	1.100.224	237.982	21,6	862.242	78,4
2002	1.590.699	263.572	16,6	1.327.127	83,4

Fonte: Costa, 2011

No entanto, mesmo com o crescimento do ensino privado, não houve a garantia do acesso à educação superior a todos os jovens, principalmente, aos de classes populares em razão dos custos que apresenta, pois, essa excessiva oferta de vagas atreladas ao ensino privado tem convivido com a necessidade de expansão do número de vagas nas IES de ensino superior, que mesmo com a expansão das IES's federais, o número ainda permanece inferior em detrimento ao quantitativo do privado. Segundo Castro, Santos e Rodrigues (2017, p. 637) “depreende-se que a solução ideal seria ampliar os investimentos na rede pública de ensino, em todos os níveis, a fim de extinguir as discrepâncias existentes entre grupos sociais, viabilizando o acesso de ensino de qualidade a todos os indivíduos”.

Embora os dados sinalizem que o acesso à educação superior, antes elitista, apresente sinais de consolidação de um sistema de educação superior de massa, ainda precisa atingir a meta estabelecida no Plano Nacional de Educação – PNE, previsto entre 2014-2024, a qual exige que ao menos 33% dos jovens estejam cursando o ensino universitário com idade apropriada até 2024 (WBATUBA, 2018).

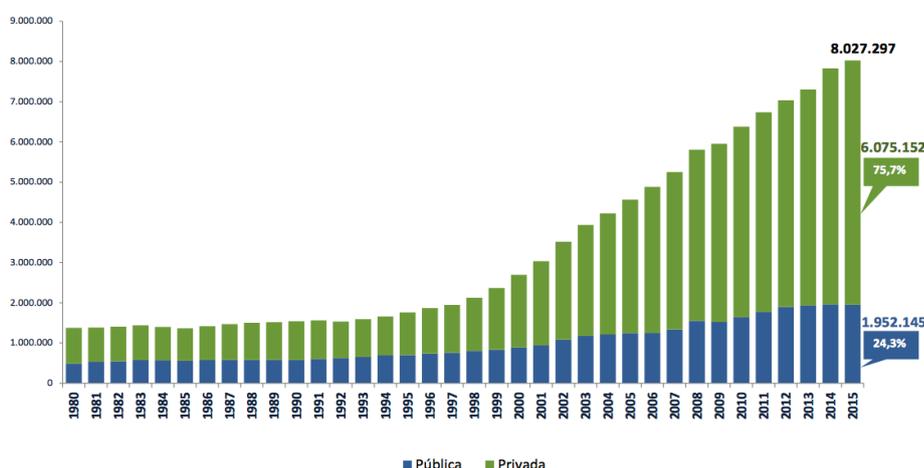
Daí que partem as críticas ao programa, pois, o mesmo não apresenta subsídios e nem suportes que garanta ao estudante permanecer e concluir o curso no qual ingressou, quando se trata de um programa para estudantes que não possuem condições de pagar o curso numa instituição privada. De acordo com

Lambertucci (2007, p. 52) alguns estudantes vivem situações “que passam pela desinformação e despreparo dos funcionários da universidade em questão, a privada. Foram vistas por alguns alunos deliberada discriminação pelo fato deles não serem vestibulandos, mas bolsistas do PROUNI”, portanto, existe o preconceito.

Todavia apesar das problemáticas, críticas e desafios, o PROUNI de fato é uma política de expansão e democratização do acesso ao ensino superior que deu possibilidades a milhares de estudantes, que não podiam pagar, ter acesso ao ensino superior privado e comunitário. Existem falhas, mas deve-se reconhecer a importância do programa como meio de transformação social. Há um alto custo envolvendo tal programa com relação aos investimentos e tempo necessário para que surjam resultados de fato que mostrem dados positivos, desse modo, de acordo com Castro, Santos e Rodrigues (2017, p. 637) “tais políticas inclusivas possuem o potencial de reduzir as disparidades no acesso ao ensino superior a curto prazo, apesar de não serem isentas de fatores passíveis de aprimoramento”.

Vejamos alguns dados que demonstram a expansão da educação superior no Brasil.

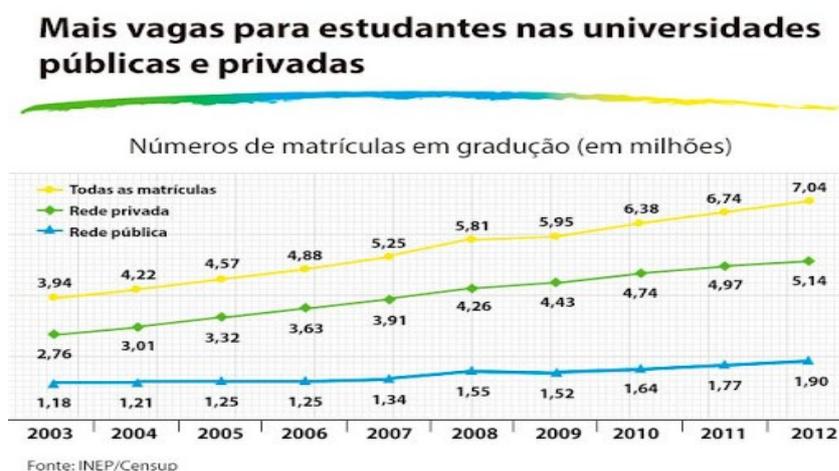
Imagem 2 – Expansão da educação superior entre 1980 e 2015



Fonte: Sarellas, 2016.¹

¹Disponível em: <<https://economiadeservicos.com/2016/10/25/panorama-da-educacao-superior-no-brasil/>> Acesso em 22 set. 2020.

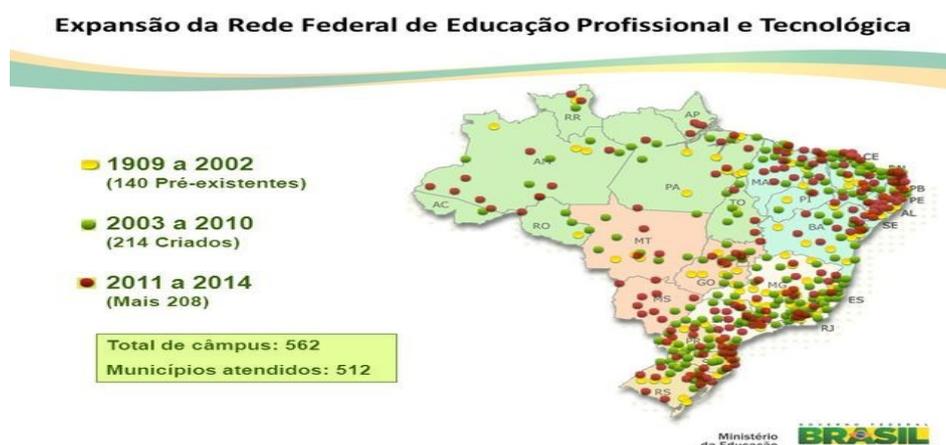
Imagem 3 – Número de matrículas em graduação em instituições privadas e públicas



Fonte: BRASIL (2014)

As imagens 2 e 3 acima, ratificam e reiteram que o crescimento do número de matrículas nas IES privadas são bem maiores do que nas IES públicas, consequência do surgimento e aumento de programas de financiamento subsidiado através do FIES e das bolsas para aluno de baixa renda através do PROUNI. De acordo com Sarellas (2016, p. 05) “na rede pública, o aumento no número de vagas nos últimos anos se deve, principalmente, ao programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)”.

Imagem 4 – Expansão das IES's Federais de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte disponível em: <<https://www.timetoast.com/timelines/breve-historico-rede-federal-de-educacao-profissional-e-tecnologica>> Acesso em 22 set. 2020.

Na imagem acima, observamos avanço em números quanto a criação de IES no Brasil, e o avanço de tais IES's pelo interior do Brasil. Ao analisarmos a quantidade existente entre os anos de 1909 até 2014, foi de fato um grande avanço para o ensino superior no Brasil, onde até 2002 existiam apenas 140 unidades, de 2003 a 2010 passaram a existir mais 214, entre 2011 e 2014 mais 208, totalizando uma quantidade de 562 campis criados e mais de 500 municípios atendidos. De acordo com o MEC, Brasil (2014) como resultado dessa expansão “9.306.877 de pessoas concluíram curso do ensino superior no período”, ou seja, este número corresponde a cerca de 5% da população brasileira atual – um dado significativo para um país onde, segundo o último Censo do IBGE1, apenas 11% possuem este nível acadêmico (BRASIL, 2014).

De acordo com Aguiar (2016, p. 122):

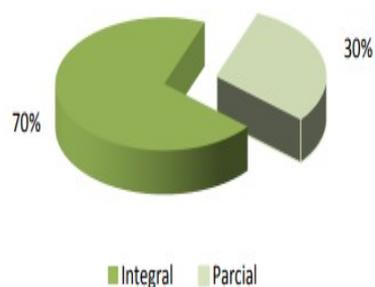
Ao final do governo Lula, segundo balanço oficial, foram contabilizados 748 mil estudantes com bolsas do ProUni, sendo 69% com bolsas integrais. Desse total, 48% são afrodescendentes. Dentre estes, 5.194 estudantes receberam bolsa permanência, no valor de R\$ 300,00, destinada a alunos que realizam cursos de período integral (mais de seis horas diárias). Os dados de 2010 indicavam que havia 462 mil bolsas em utilização e 116 mil estudantes com a graduação concluída como bolsistas do ProUni

Imagem 5 – Número de bolsas ocupadas no ProUni (2005-2010)

Ano	Bolsas ocupadas
2005	95.608
2006	204.625
2007	310.186
2008	434.750
2009	596.077
2010	748.788

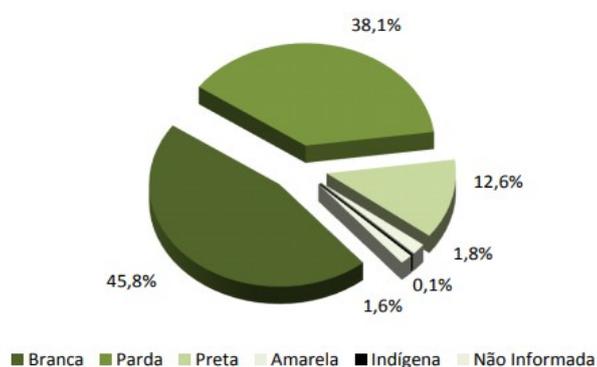
Fonte: AGUIAR (2016, p. 123).

Imagem 6 – Bolsistas PROUNI por tipo de bolsa



Fonte: BRASIL, (2014).

Imagem 7 – Bolsistas PROUNI por cor/raça



Fonte: BRASIL (2014).

Apesar dos números na imagem 6 serem favoráveis quanto a participação de pretos e indígenas enquanto bolsistas do PROUNI, tais números ainda são baixos e insatisfatório, o que ainda reforça que somos uma sociedade com sérios traços excludentes, no entanto, nota-se sinais de mudanças. De acordo com o MEC “o Prouni pode ser ainda combinado com um conjunto de ações objetivando garantir a permanência do estudante no ensino superior, como o Programa Bolsa Permanência do MEC e os convênios para oferecimento de estágio com a Caixa Econômica Federal e a Febraban” (BRASIL, 2014, p. 56), o que reforça a defesa do sucesso de tal programa de política pública educacional do Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutirmos sobre a história da educação e todas as transformações ao longo dos tempos, estamos de fato, diante de um tema complexo e que nos remete a diversos debates que vez por outra se misturam aos debates sobre os problemas sociais tão marcantes em toda nossa história. A história da educação brasileira é marcada por lentos processos de transformações, sendo em maior parte do tempo voltada às elites, gerando ainda mais dicotomias e desigualdades.

Esta pesquisa preocupou-se em estabelecer um breve panorama histórico da educação no Brasil, a fim de mostrar resumidamente como deu-se a inserção do Ensino Superior, bem como sua expansão em meados dos anos 2000, fazendo com que surjam novas terminologias e novos termos cada vez mais presentes em diversos debates, tais como o termo “cidadania”. No entanto, acaba sendo mais um meio de exclusão dos próprios cidadãos brasileiros dentro de diversos âmbitos da vida social, especialmente o da educação. As questões sociais foram sendo deslocadas e discurso do viés humanitário esconde ou encobre os conflitos ao qual fomos expostos através da contradição do próprio capitalismo.

Com relação a organização do Ensino Superior no Brasil, podemos observar em diversas leituras que essa modalidade de ensino sofreu diversas reformas e diversas transformações que suscitaram diversos debates sobre a consolidação democrática e o indispensável reordenamento com relação às políticas públicas.

Desde os anos 1990 a educação superior vem passando por profundas reformas, o que decorreu da implementação de políticas públicas, no entanto, ressaltamos que não foi o foco principal deste trabalho esmiuçar ou realizar o esgotamento de tal questão, mas, apresentar um panorama das transformações ocorridas nas políticas públicas educacionais para o Ensino Superior em um período que foi marcado por profundas mudanças. Durante os anos 90 a reforma do Estado passou a influenciar as pesquisas de campo, voltadas para as práticas de gestão, processos de descentralização e às relações entre Estado e sociedade. Ao longo dos anos 2000, assistiu-se o advento de diversas políticas públicas, com amplo destaque para as políticas sociais e educacionais, por exemplo, a criação de programas tais como o PROUNI e o FIES.

Vale salientar que a realização deste estudo não foi de defender governo A ou B, não foi nosso intuito de levantar bandeira em defesa ou contra o PROUNI, mas sim de buscar evidenciar tal programa reconhecido como uma política pública que traz a oportunidade do acesso ao ensino superior privado, custeado pelo Governo Federal, a uma minoria antes impossibilitada de cursar o Ensino Superior, ficando à margem e excluídos do processo formativo. O intuito desta pesquisa, foi tão somente mostrar os impactos causados pelo PROUNI na vida de muitos jovens que por causa da desigualdade social gritante que enfrentamos, possivelmente enfrentariam concorrências desleais para que pudessem adentrar em uma universidade.

A discussão aqui estabelecida, tentou seguir esse viés, o de expor as mudanças na Educação Superior entre os anos de 2005 e 2010 com o surgimento do PROUNI. Desse modo, podemos afirmar que a construção de políticas educativas e sociais podem ter êxito quando o Estado e a sociedade civil tiverem objetivos e ações em comum e viáveis, lutando por parcerias e trabalhando de forma mais organizada.

Não pode-se negar o fato, bastante evidenciado em diversas leituras que o e presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou um conjunto de políticas de diversidade social em seu primeiro mandato, com diversas ações que deram continuidade prevista às políticas de valorização da educação já iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, Lula teve destaque em suas ações, principalmente no que concerne às políticas educacionais tidas como inovadoras, que trouxeram a construção e a busca por melhorias da qualidade da educação, preocupando-se com a diversidade étnico-racial e com a latente desigualdade social secularmente instalada neste país.

Concluindo, espera-se que estudos posteriores possam fazer a ampliação das análises aqui apresentadas para que possa haver a consideração de outros debates e outros pontos de vista, bem como espera-se que outros trabalhos nesse tema possam ser executados, visando analisar o impacto do PROUNI sob outros aspectos e outros fatores.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilma. **Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura.** Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 57, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n57/0104-4478-rsocp-24-57-0113.pdf>> Acesso em 04 jan. 2021.

ANTUNES, Isa Cristina Barbosa; SILVA, Rafael Oliveira da; BANDEIRA, Tainá da Silva. **A Reforma Universitária de 1968 e as transformações nas Instituições de Ensino Superior.** Universidade Federal do Rio do Norte – UFRN, Departamento de História, 2019. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT29/A%20REFORMA%20UNIVERSIT%C1RIA%20DE%201968%20E%20AS%20TRANSFORMA%C7%D5ES%20NAS%20INSTITUI%C7%D5ES%20DE%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>> Acesso 20 set. 2020.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade.** Revista Acta Scientiarum. Education, v. 34, n. 2, Maringá, 2012, p. 157-168. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4864688.pdf>> Acesso em 19 ago., 2020.

BOENO, Rosangela Maria; GISI, Maria Lourdes; FILIPAK, Sirley Terezinha. **O contexto brasileiro e a formulação das políticas da educação básica.** In: XII Congresso Nacional de Educação, Pontifícia Universidade Católica – PUC-PR, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19652_8269.pdf> Acesso em 20 set. 2020.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; SILVA, Karen Ruppel da. **As reformas educacionais na era Vargas e a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.** In: XII Congresso Nacional de Educação, Pontifícia Universidade Católica – PUC-PR, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18721_9811.pdf> Acesso em 19 ago. 2020.

BRASIL. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014.** Ministério da Educação – MEC, Brasília – DF, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192> Acesso 22 set. 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 16 nov. 2019.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).** Lei 9.394/96. 10ª Edição 2006. Brasília, DF. Disponível em:

_____. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm> Acesso em 05 dez. 2019.

Decreto Lei nº 8.025, de 16 de março de 1881. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8025-16-marco-1881-546192-norma-pe.html>> Acesso em 06 jul. 2020.

CAMARGO, Priscila Espíndola. **Políticas Educacionais no Brasil (1990-2007).** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Curso de Ciências Econômicas), Universidade Federal de Santa Catarina – SC, Centro Sócio Econômico, Departamento de Ciências Econômicas, Florianópolis – SC, 2009. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia291867.pdf>> Acesso em 13 nov. 2019.

CARVALHO JÚNIOR, Frederico Guilherme de. **Universidade para todos: o PROUNI na visão dos bolsistas de uma instituição de ensino superior – entre políticas de financiamento, concepções e experiências profissionais dos alunos concluintes.** Dissertação (Mestre em Educação), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Pós-Graduação em Educação, Mossoró – RN, 2018. Disponível em: <http://www.uern.br/controladepaginas/poseduc-disserta%C3%A7oes-2015/arquivos/4223frederico_guilherme_de_carvalho_ja%C5%A1nior.pdf> Acesso em 25 nov. 2020.

CARVALHO, Juliana Brum Barbosa de. **Políticas públicas brasileiras em educação para a promoção de equidade nos governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010).** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Curso de Ciências Econômicas), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Três Rios, 2013. Disponível em: <<https://itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/t76.pdf>> Acesso em 22 set. 2020.

CASTANHA, André Paulo. **Escolas Normais no Século XIX: um estudo comparativo.** Revista HISTEDBR On-line, n.32, Campinas, 2008. Disponível: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5395/art02_32.pdf> Acesso em 06 jul. 2020.

CASTRO, Sabrina Olimpio Caldas de; SANTOS, Franciele Michele dos; RODRIGUES, Cristiana Tristão. **O impacto do PROUNI e do FIES no desempenho acadêmico.** In: IV Encontro Brasileiro de Administração Pública - “A Construção da Administração Pública do Século XXI”, João Pessoa – PB, 2017. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/ebap/contents/documentos/0632-648-o-impacto-do-prouni-e-do-fies-no.pdf>> Acesso em 22 set. 2020.

COSTA, Adriana de Mendonça. **A mercantilização da Educação Superior no Brasil: crítica Marxista ao PROUNI.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Programa de Pós-Graduação, Maceió – AL, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2933/1/A%20mercantiliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20superior%20no%20Brasil%20-%20cr%C3%ADtica%20marxista%20ao%20PROUNI.pdf>> Acesso em 22 set. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino superior no octênio FHC**. Revista Educação e Sociedade, v. 24, n. 82, Campinas, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf>> Acesso em 21 set. 2020.

DAMBROS, Marlei; MUSSIO, Bruna Roniza. **Política educacional brasileira: a reforma dos anos 90 e suas implicações**. X ANPED SUL, Florianópolis – SC, 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/656-1.pdf> Acesso em 25 nov. 2020.

DARIUS, Rebeca Pizza Pancotte; DARIUS, Fábio Augusto. **A educação pública no Brasil no Século XX: considerações à luz da formação dos Grupos Escolares e do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Rev. Bras. Psico. e Educ., v. 20, n. 1, Araraquara, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/11248/7385>> Acesso em 01 jul. 2020.

DAVID, Ellen Adriana et al. **Aspectos da evolução da educação brasileira**. Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia, n. 05, Araguaia, 2014. Disponível em: <<http://www.faculdadearaguaia.edu.br/sipe/index.php/renefara/article/download/199/182>> Acesso em 19 ago. 2020

DIAS SOBRINHO, José. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão**. Revista Educ. Soc, v. 31, n. 113, Campinas, 2010, p. 1223-1245. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/10.pdf>> Acesso em 30 jun. 2020.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Reforma do Estado e as políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90**. Revista Educação e Sociedade., v. 23, n. 80, Campinas, 2002, p. 234-252 Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>> Acesso em 20 set. 2020.

FARIAS, Joel Nunes de et. al. **Breve histórico da educação brasileira e sua evolução até a EaD**. V CONEDU – Congresso Nacional de Educação, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_M D1_SA3_ID7290_26082018183017.pdf> Acesso em 15 nov. 2019.

FONSECA, Marília. **Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social**. Cad. Cedes, Campinas – SP, 2009, vol. 29, n. 78, p. 153-177. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a02.pdf>> Acesso em 25 nov. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educ. Soc., Campinas, 2003, vol. 24, n. 82, p. 93-130. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>> Acesso em 25 nov. 2020.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. **Memórias de uma escola isolada rural: estudo de um livro de visitas (1928-1948)**. Revista Educação e Sociedade., v. 32, n.

114, Campinas, 2011, p. 69-86. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/pdf/es/v32n114/a05v32n114.pdf>> Acesso em 03 jul. 2020.

GENTIL, Viviane Kanitz. **Educação Superior e sua expansão: ações e distorções de dois governos brasileiros.** Revista da Jornada da Pós-Graduação e Pesquisa-Congrega. Congrega URCAMP, 2017. Disponível em:
<<http://revista.urcamp.tche.br/index.php/rcjgpg/article/view/574/316>> Acesso em 22 set. 2020.

LUCCHESI, Martha Abrahão Saad. **Políticas públicas para a educação superior no Brasil no contexto sul-americano: convergências e transformações na passagem do século.** Revista RBPAAE – v.23, n.3, 2007, p.513-528. Disponível em:
<<https://seer.ufrgs.br/rbpaae/article/view/19146/11148>> Acesso em 19 set. 2020.

LAKATOS, Maria Eva; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico.** 4ªed. São Paulo, Atlas, 1992.

LAMBERTUCCI, Glória Maria. **Um olhar sobre o percurso acadêmico de Bolsistas do PROUNI da PUC Minas, na perspectiva da relação com o saber.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Mestrado em Educação, Belo Horizonte – MG, 2007. Disponível em:
<http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_LambertucciGM_1.pdf> Acesso em 25 nov. 2020.

MARCHELLI, Paulo Sergio. **Origens históricas das políticas de formação de professores no Brasil (1823 1874).** Revista Teias, Micropolítica, democracia e educação, v. 18, n. 51, 2017. Disponível em:
<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/download/29394/22824>> Acesso em 06 jul. 2020.

MARTINS, Angela Maria Souza. **Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX.** Revista HISTEDBR On-line, n.35, Campinas, 2009, p. 173-182. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639621/7189>> Acesso em 06 jul. 2020.

MARTINS, Fabiana Pereira; LIMA, Maria do Socorro Macedo Coelho. **Políticas Públicas de acesso à Educação Superior: um estudo sobre o Prouni em uma IES privada do município de Paulo Afonso-BA.** Revista Rios Eletrônica - Revista Científica da FASETE, ano 8, n. 8, 2014. Disponível em: <https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2014/8/politicas_publicas_de_acesso_a_educacao_superior.pdf> Acesso em 20 set. 2020.

MERCADANTE, Aloizio. **O governo Lula e a construção de um Brasil mais justo.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. Disponível em:
<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/brasil_em_debate_vol_4_aloizio_mercadante.pdf> Acesso em 22 set. 2020.

MINTO, Lalo Watanabe. **Educação superior no PNE (2014-2024):** apontamentos sobre as relações público-privadas. Revista Brasileira de Educação, v. 23, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230011.pdf>> Acesso em 20 set. 2020.

MORAES, Bianca Mota de, et. al. **Políticas Públicas de Educação.** Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro – RJ, 2017. Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1161651/livropoliticaspUBLICASdeeducacao_vol1_versaodigital_1ed.pdf> Acesso em 25 nov. 2020.

MOREIRA, Larici Keli Rocha; MOREIRA, Laine Rocha; SOARES, Marta Genú. **Educação Superior no Brasil:** discussões e reflexões. Revista Educação Por Escrito, v. 9, n. 1, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/29594/16988>> Acesso em 20 set. 2020.

MOURA, Daiana Malheiros de. **Políticas Públicas Educacionais PROUNI e FIES:** democratização do acesso ao ensino superior. In: XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea – VII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos, 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/11804/1647>> Acesso em 20 set. 2020.

NUNES, Ione Cristina Vieira; BRAGA, Lucelma Silva. **A reforma da Educação Superior no Brasil:** da herança neoliberal de FHC ao legado de Lula. Revista Desafios, v. 03, n. 01, 2016. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/2084/pdf>> Acesso em 21 set. 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências.** RBPAE – v.25, n.2, 2009, p. 197-209. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpaef/article/download/19491/11317>> Acesso em 25 nov. 2020.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. **A Educação Superior no Plano Nacional de Educação (2014-2024):** expansão e qualidade em perspectiva. Anais do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS, Universidade Estadual de Maringá, 2016. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_6/6-003.pdf> Acesso em 20 set. 2020.

PASSOS, Luana; GUEDES, Dyeggo. **O social economicamente orientado:** políticas sociais do governo Lula. Revista Universitas Relações Internacionais, v. 13, n. 2, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/3516/2885>> Acesso em 22 set. 2020.

PEREIRA, Lílian Alves; FELIPE, Delton Aparecido; FRANÇA, Fabiane Freire. **Origem da escola pública brasileira: a formação do novo homem.** Revista HISTEDBR On-line, número especial, Campinas, 2012, p. 239-252. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640120/7679>> Acesso em 25 nov. 2020.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão.** Revista Paidéia – FFCLRP – USP, n. 4, Ribeirão Preto, 1993. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/paideia/n4/03.pdf>> Acesso em 30 jun. 2020.

SANTOS, Kátia Silva. **Políticas públicas educacionais no Brasil: tecendo fios.** ANPAE, 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0271.pdf>> Acesso em 25 nov. 2020.

SARELLAS, Natália. **Um panorama da Educação Superior no Brasil.** Artigo, Economia de Serviços, 2016. Disponível em: <<https://economiasdeservicos.com/2016/10/25/panorama-da-educacao-superior-no-brasil/>> Acesso em 22 set. 2020.

SAVIANI, Demerval. **Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação. v. 14 n. 40. Jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>> Acesso em 01 jul. 2020.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República.** Revista Brasileira de História, v. 19, n. 37, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100004> Acesso em 25 nov. 2020.

SILVA, Francisca Jocineide da Costa e; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **O estado da arte das pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução.** In: 18º REDOR – Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2192/648>> Acesso em 25 nov. 2020.

SILVA, Ilse Gomes. **A reforma do Estado brasileiro nos anos 90: processos e contradições.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2001. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/neils/downloads/v7_ilse_gomes.pdf> Acesso em 20 set. 2020.

SILVA, Lúcia de Fátima Farias da; SILVA, Ana Paula Bispo da. **Impactos das políticas educacionais no cotidiano de uma escola pública pernambucana.** III CONEDU – Congresso Nacional de Educação, 2016. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_M D1_SA3_ID4610_13082016180342.pdf> Acesso em 15 nov. 2019.

SILVA, Marineide de Oliveira da. **A expansão das escolas isoladas no Estado de Mato Grosso (1910-1930)**. Revista História e Diversidade, v. 5, n. 2, UNEMAT Editora, Cáceres, 2014. Disponível: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/view/233/227>> Acesso em 25 nov. 2020.

SILVA, Silvia Maria Cintra da et. al. **Estudo sobre o “estado da arte” de um programa de pós-graduação em Psicologia**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, 2014, v. 20, n. 2, p. 278-296. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v20n2/v20n2a06.pdf>> Acesso em 25 nov. 2020.

SOARES, Fernando Augusto Generino. **A contrarreforma do ensino médio do governo Michel Temer: a reorganização do projeto neoliberal e a desconstrução da Educação Física escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Centro de Educação, Pós-Graduação em Educação, João Pessoa – PB, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/12639/1/Arquivototal.pdf>> Acesso em 22 set. 2020.

SOUZA, Mariana Leal de. **Política pública de acesso a Educação Superior: Programa Universidade para Todos – PROUNI**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Pós-Graduação em Educação), Centro Universitário Municipal de França – Uni-FACEF, França – SP, 2009. Disponível em: <http://pos.unifacef.com.br/_livros/Vanguarda_Conhecimento/Artigos/Mariana_Leal_de_Souza.pdf> Acesso em 20 set. 2020.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, Universidade Estadual de São Paulo, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05.pdf>> Acesso em 01 jul. 2020.

VALLE, Marcos José. **Prouni: política pública de acesso ao ensino superior ou privatização?** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/980.pdf>> Acesso em 25 nov. 2020.

WBATUBA, Berenice Beatriz Rossner. **Políticas públicas de expansão do ensino superior: a implementação do PROUNI e FIES por instituições comunitárias de ensino superior no RS**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2074/5/Berenice%20B.%20R.%20Wbatuba.pdf>> Acesso em 25 nov. 2020.

ZANFERARI, Talita; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. As metas do PNE (2001-2010 e 2014-2024) que discutem a educação superior: (des)continuidades e perspectivas. In: XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2017. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24575_13818.pdf> Acesso em 20 set. 2020.

